



## REGISTRO DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Reunidos em **Brasília**, na sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), no dia **vinte e cinco de março de 2020**, os integrantes do **Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ)**, listados ao final deste documento, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, deram início aos trabalhos do Conselho, com base nos princípios orientadores de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em suas palavras iniciais, o senhor VPR manifestou satisfação que, apesar da gravidade da crise provocada pela pandemia da COVID-19, as atividades prioritárias do governo seguiam seu curso. O senhor VPR apresentou a pauta da reunião do Conselho e, a seguir, foi exibido filme institucional sobre o processo preparatório da primeira reunião do Conselho.

Na primeira etapa dos trabalhos, o Chefe da Assessoria de Temas Institucionais da VPR realizou apresentação sistematizada sobre a estrutura e processos de funcionamento do CONAMAZ e a proposta de regimento interno, bem como as bases do planejamento estratégico para atuação do órgão. O Chefe da ATI discorreu ainda sobre as providências imediatas a serem adotadas e coordenadas pelo Conselho e o cronograma das atividades das comissões. Foram identificadas, inicialmente, as seguintes ações imediatas:

1. Implementação do Plano de Comunicação Social (SExec/CONSELHO)
2. Ativação do Gabinete de Prevenção e Combate ao Desmatamento e às Queimadas (GSI-PR) (“Tolerância Zero”)
  - Acionamento das Operações Interagências de Inteligência (SISBIN)
  - Integração dos Sistemas de Sensoriamento e Imagens
  - Ativação dos Centros de Comando e Controle Avançados em Belém do Pará e Manaus
  - Identificação da necessidade de Operação de GLO – Decreto decorrente da ação do Gabinete
3. Ações de prevenção à expansão do COVID-19 na Amazônia Legal (subcomissão de Saúde)
  - Monitoramento do ingresso (“Postos Avançados de Saúde”):
    - Oiapoque – AP;
    - Ipiranga, Vila Bitencourt e Tabatinga – AM;
    - Bonfim, Normandia e Pacaraima – RR;

- Assis Brasil, Brasília e Plácido de Castro - AC; e
  - Costa Marques (Príncipe da Beira) – RO.
- Assistência social (ação coordenada entre MD, MS e governos estaduais)
  4. Acompanhamento da execução do Programa Floresta+ (SExec/Conselho)
  5. Reativação do Fundo Amazônia e identificação de fontes de financiamento internacional (SExec/Conselho)
  6. Fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico – OTCA (SExec /Conselho)
    - Apoio ao planejamento estratégico 2020/2030
    - Efetivação da Comissão Brasileira Permanente do Tratado
  7. Fortalecimento do Núcleo da Força Nacional Ambiental (MJ)
  8. Envidar esforços para aprovação da legislação pertinente à Amazônia

Acordou-se que a apresentação seria encaminhada aos respectivos gabinetes dos integrantes do Conselho.

A seguir, o Chefe da Assessoria de Comunicação Social da VPR contextualizou historicamente o plano de comunicação social do Conselho, cuja concepção estratégica se concentra na agregação da sociedade brasileira em torno dos projetos desenvolvidos pelo CONAMAZ para a região Amazônica, com prioridade para o esclarecimento ao invés da polêmica reativa. Sinalizou, nesse sentido, a importância da coordenação entre as diversas assessorias de comunicação social dos órgãos integrantes do Conselho, no intuito de promover ações conjuntas de caráter permanente, eventual e programadas.

O senhor VPR passou, então, a palavra ao Ministro Chefe da Casa Civil que manifestou a intenção de colaborar integralmente com as ações do Conselho e também chamou a atenção para o prazo (27/3) para recriação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) de maneira a permitir a reativação do Fundo Amazônia. O ministro solicitou, também, estivesse a Pasta contemplada na comissão integradora e na subcomissão de articulação, em razão de ser atribuição da Casa Civil o papel de articulação e interlocução entre os ministérios.

Na sequência, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, além do empenho que a Pasta pretende dedicar ao CONAMAZ, indagou sobre o encaminhamento das propostas apresentadas pelo Ministério quando da reunião preparatória com o senhor VPR. Em resposta, o Presidente do Conselho esclareceu que as discussões de propostas específicas se darão no âmbito das comissões correspondentes. O ministro destacou, por fim, que as ações sugeridas demandavam recursos não previstos e consultou sobre a possibilidade de utilização de financiamento do Fundo Amazônia. Nesse aspecto, o Presidente do Conselho destacou que, no campo da “preservação”, o governo poderia lançar mão dos recursos do Fundo.

O Ministro da Defesa, por seu turno, destacou o simbolismo da realização da primeira reunião do CONAMAZ na sede do CENSIPAM, órgão do Ministério que possui a infraestrutura necessária para apoiar as atividades do Conselho. Salientou, também, a

natureza excepcional e extrema das missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e indicou que a Força Nacional Ambiental seria o instrumento mais propício para as ações voltadas para a proteção da região amazônica. Da mesma forma, lembrou que a crise provocada pela COVID-19 teria comprometido grande parte dos recursos materiais e humanos do MD. Recordou, por fim, a importância do programa “Calha Norte” que possui vocação natural para contribuir com as ações propostas pelo Conselho.

Em sua intervenção, o Ministro das Relações Exteriores destacou cinco áreas nas quais o Itamaraty teria as melhores condições para atuar em favor das ações do CONAMAZ. Em primeiro lugar, sinalizou o papel desempenhado pelo órgão como coordenador e representante do Brasil nos principais foros negociadores internacionais em temas como Meio Ambiente, Mudança do Clima, Biodiversidade, entre outros. Chamou a atenção, nesse sentido, para a necessidade de reestruturação da sistemática negociadora, com vistas a assegurar, em todos esses foros, a soberania brasileira, em especial no tocante à região amazônica. No campo da projeção da imagem internacional, o ministro ofereceu a rede de Postos da chancelaria brasileira no exterior como plataforma na identificação de interlocutores e disseminação de informações sobre as atividades de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Indicou, também, a capacidade do Itamaraty de somar esforços na captação e mobilização de recursos financeiros internacionais voltados para preservação do meio ambiente. No tocante à Organização do Tratado da Amazônia (OTCA), identificou espaço natural de projeção do Brasil, mas alertou para o incômodo diplomático de que a Venezuela esteja representada na OTCA pelo governo de Nicolás Maduro. Em conclusão, apontou para a necessária diligência na busca de parceiros internacionais que possam contribuir para mostrar, com a devida clareza e transparência, as ações empreendidas pelo CONAMAZ, no sentido de transformar a imagem da Amazônia de “telhado de vidro em vitrine” do Brasil.

O Ministro da Infraestrutura lembrou os projetos apresentados pela Pasta na reunião prévia com o senhor VPR e a importância da logística estratégica e da integração regional e nacional como elementos balizadores da atuação do governo na região.

A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitou, inicialmente, que, em razão da importância da temática fundiária na região amazônica e do papel do INCRA nesse contexto, o MAPA fosse incluído na relação de membros da comissão integradora do Conselho. A ministra destacou, ainda, a importância do desenvolvimento social produtivo que só seria possível mediante o avanço na titulação de propriedades rurais, que encontram importante “gargalo” na escassez de recursos financeiros. Comentou, nesse aspecto, proposta apresentada ao Banco Mundial de plano de financiamento para regularização e desenvolvimento sustentável dos novos assentamentos. Indicou urgência no acionamento de mecanismos de prevenção de queimadas e desmatamento ilegais, atividades essas que repercutiam diretamente na imagem do agronegócio brasileiro no exterior.

Em seus comentários, o Ministro das Minas e Energia demonstrou preocupação com os mais de cem empreendimentos do setor energético na região que seriam responsáveis pela geração de cerca de 200 mil empregos. Os setores de energia e mineração teriam previstos

investimentos, no curto prazo, da ordem de R\$70 bilhões. A crise atual poderia colocar em risco a segurança energética e a própria arrecadação de impostos na Amazônia, tendo em vista que os “royalties” da mineração correspondem a quase 50% desses recursos. Recordou que os leilões de 2020 dos setores elétrico e de petróleo e gás foram suspensos e que serão necessárias medidas que garantam sustentabilidade, porque, do contrário, as ações de proteção e preservação se veriam negativamente afetadas.

Coube ao Ministro do Meio Ambiente realizar apresentação sucinta sobre os trabalhos em curso, realizados pelos diversos órgãos que compõem o MMA, e as necessidades imediatas de ações de preservação na Amazônia. O ministro destacou a importância do CONAMAZ como instância articuladora de políticas públicas transversais voltadas para a região. Também indicou a necessidade de articulação com vistas ao diálogo com instituições internacionais de financiamento para discutir a regularização do pagamento de serviços ambientais. No tocante à realização dos trabalhos de zoneamento econômico-ecológico (ZEE), o ministro salientou a importância da conclusão desse processo de maneira a permitir o adequado planejamento estratégico das ações de desenvolvimento sustentável da região amazônica. Sobre a agenda da bioeconomia, apontou para a incipiente materialização dessa atividade em riqueza para as populações amazônicas. Concordou com a urgência no encaminhamento do processo de regularização fundiária e no efetivo combate das atividades ilícitas no bioma amazônico. Embora compreendesse as dificuldades para o emprego da força na modalidade de GLO, o MMA destacou a necessidade de conjugar esforços no sentido de buscar alternativas viáveis que permitam a atuação de forças-tarefa multissetoriais no combate às ilicitudes ambientais. Saudou os recursos obtidos pelo resgate de ativos da operação “lava jato” e que foram aplicados na preservação do meio ambiente, por meio de transferências aos estados. Com relação ao COFA, o ministro assinalou o imperativo de reestruturação do formato do comitê, tendo em vista que, em sua configuração original, o processo decisório não atendia ao avanço de projetos de interesse do governo federal. O MMA identificou o Pará como o estado com maior volume de desmatamento e também aquele no qual as forças de repressão apresentam os maiores níveis de resistência às ações coordenadas pelo governo central. Em conclusão, o ministro apresentou plano de ação de combate às queimadas que pressupõe agilidade na captação e processamento de imagens de sensores orbitais, com o emprego dos recursos técnicos do CENSIPAM e de outros órgãos, e reação rápida contra a delinquência. O plano inclui o estabelecimento de bases de operação prioritárias nas vinte áreas críticas (“polígonos estratégicos”) identificadas em estudos sobre o desmatamento na região. O custo estimado para a operação, durante um período de seis meses de atividades, giraria em torno de R\$ 252 milhões, destinados, em sua maior parte, ao aluguel de helicópteros, com custo aproximado de R\$ 40 milhões mensais.

O Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) colocou à disposição do Conselho as bases de dados de inteligência e comunicação da secretaria e manifestou interesse em integrar a subcomissão de cooperação internacional, tendo em vista que a Assessoria Internacional da Presidência da República passou recentemente à esfera de competências da SAE.

O representante do Ministério da Economia elencou três temas críticos para os quais a Pasta estaria voltada, na região amazônica: formação de capital humano; melhoria do ambiente de negócios; e captação de financiamento, público e privado. Para o Ministério, trata-se de campos prioritários para se destravar a economia regional e resgatar a população local, sobretudo a urbana.

O Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) destacou que a Pasta já possui diversos projetos em andamento na região amazônica nas áreas de comunicações, infraestrutura e desenvolvimento sustentável e social, entre outras. Observou que seria interessante a participação do MCTIC na subcomissão de cooperação internacional, em razão de sua participação como representante do governo em foros internacionais afetos à temática da Pasta. Igualmente, na subcomissão de saúde e cidadania, o MCTIC poderia contribuir com a experiência dos projetos em curso na Amazônia. Quanto ao Fundo Amazônia, o ministro solicitou participar de uma eventual recriação do COFA. Finalmente, lembrou a disponibilidade de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualmente contingenciados, que poderiam contribuir para o financiamento de projetos na região amazônica.

Por parte da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), o Secretário Executivo destacou a modelagem de governança do Conselho e a atribuição da secretaria como órgão encarregado das políticas de modernização do Estado brasileiro. Nessa condição, poderia contribuir com os trabalhos da comissão de desenvolvimento sustentável.

A Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), por meio de seu representante, elencou os setores da Pasta que poderiam contribuir com as atividades de articulação do Conselho, entre os quais a SECOM, SEPAR e SAF. Realçou, nesse sentido, a experiência da SEGOV na interlocução com atores externos ao governo federal, tais como parlamentares, órgãos estaduais e municipais, organizações não-governamentais (ONGs) e representantes da sociedade civil (indígenas, garimpeiros, etc.). Reafirmou a importância da participação da SEGOV na comissão integradora, tendo em vista o caráter transversal de sua atuação no governo. Por fim, recordou a atribuição da Pasta no acompanhamento das ações com vistas ao cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

O representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ofereceu apoio na interlocução do Conselho com os governadores e autoridades estaduais da região da Amazônia Legal, com base nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF). O GSI poderia, nesse intuito, buscar contato com autoridades locais, de maneira a apresentar um diagnóstico preciso das necessidades de cada entidade federativa. Alertou para a existência de grupos de trabalho, no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) do Conselho de Governo, que teriam produzido estudos avançados sobre questões críticas que dizem respeito à Amazônia, que estariam disponíveis e poderiam ser aproveitados nos trabalhos do CONAMAZ.

O Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional listou programas desenvolvidos pela Pasta para a região amazônica que incluem, entre outros: o Plano Regional de Desenvolvimento Amazônico (PRDA); o desenvolvimento da região da faixa de fronteira, em especial as cidades geminadas; o desenvolvimento sustentável do Xingu, em especial no entorno da hidrelétrica de Belo Monte; a Política Nacional de Ordenamento Territorial; e as rotas de integração nacional.

Pelo Ministério da Saúde, foi destacada a capilaridade do Sistema Único de Saúde como ferramenta para se atingir as populações locais, particularmente as populações indígenas, atendidas pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI). O Ministério estaria, assim, em prontidão para apoiar as ações transversais do CONAMAZ.

Ao concluir a reunião, o Presidente do CONAMAZ reforçou a necessidade de cumprimento dos prazos para implementação das comissões e subcomissões, com a indicação tempestiva de seus respectivos integrantes, e insistiu na prioridade atribuída ao combate às queimadas e ao desmatamento ilegal. Solicitou especial atenção dos membros do Conselho para a pronta avaliação e consequente adoção das ações imediatas propostas pela Secretaria Executiva. Da mesma forma, indicou que os esforços contra a pandemia da COVID-19 não podem impedir o desenvolvimento das atividades do governo na região amazônica, que devem avançar em paralelo.

Assinam:

**Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal**

**Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto**

**Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro**

**Ministro da Defesa, Fernando Azevedo**

**Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo**

**Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas**

**Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina**

**Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque**

**Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes**

**Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles**

**Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República,  
Flávio Viana Rocha**

**Ministério da Economia, Carlos da Costa**

**Ministério da Saúde, Robson Silva**

**Ministério do Desenvolvimento Regional, Claudio Seefelder**

**Secretaria Geral da Presidência da República, Antônio Futuro**

**Secretaria de Governo da Presidência da República, Yuri Ribeiro**

**Gabinete de Segurança Institucional, Douglas Bassoli**